



RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO

2016/2017

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS GIL EANES



Índice

	Página
Introdução	2
Enquadramento da autoavaliação	3
Discussão e conclusão	4

ANEXOS

DOCUMENTOS RECEBIDOS E ANALIASADOS PELA EQUIPA DE AUTOAVALIAÇÃO

Promoção do sucesso escolar PNPSE	I
Depart. de educação especial	II
Resultados escolares no ensino regular	III
Resultados escolares exames nacionais	IV
Resultados dos cursos profissionais	V
Resultados dos cursos vocacionais	VI
Acompanhamento dos percursos dos alunos que concluíram cursos do agrupamento - 2015/2016	VII
Bibliotecas escolares	VIII

Introdução

O presente relatório de autoavaliação analisa o período correspondente ao ano lectivo de 2016/2017. Após a apresentação do relatório de auto-avaliação 2015/2016 e consequente plano de melhoria, bem como das sugestões orientadoras da Inspeção Geral de Educação, o agrupamento reuniu, analisou documentos, discutiu e propôs alterações estruturais e organizativas que têm como propósito melhorar a dinâmica, fomentar o trabalho colaborativo e melhorar o serviço que presta à comunidade. Na prática e entre outras alterações, reestruturaram-se grupos disciplinares, departamentos e consequentemente o conselho pedagógico. Importante foi ainda uma reorganização do plano de melhoria que agrega, agora, de forma mais clara e pragmática, as mediadas anteriormente apresentadas. Esta estratégia não só objectiva o trabalho a realizar como facilita a sua monitorização.

Enquadramento da autoavaliação ou avaliação interna

A autoavaliação de um agrupamento de escolas define-se como um instrumento indispensável à promoção da qualidade educativa e à melhoria da qualidade das organizações escolares. É parte integrante do processo educativo, constitui uma ferramenta reguladora de aprendizagens, orientadora do percurso escolar e certificadora das diversas aquisições realizadas ao longo dos vários ciclos de ensino. Assim, este processo pretende que todos os intervenientes do agrupamento reflitam conjuntamente de modo a dar resposta aos problemas da comunidade. Este entendimento de escola contribui para a criação de um ambiente promotor de uma real comunicação entre parceiros, que valorize a autoestima, os valores culturais e a aprendizagem, numa perspetiva de integração e valorização do saber no âmbito da gestão curricular, de modo a “aprender a ser/estar, aprender a fazer, aprender a aprender e aprender a conhecer”.

A autoavaliação ou avaliação interna consubstancia-se nos: Decreto-Lei n.º 115-A/98, de 4 de maio; Lei n.º 31/2002, Portaria n.º 1260/2007, de 26 de setembro, Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, que revogou o Decreto-Lei n.º 115-A/98, de 4 de maio; Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2 de julho.

Medidas do plano de promoção do sucesso escolar

1. Medida Trevo

A autoavaliação analisou o relatório elaborado pela equipa da “Medida Trevo”. A Medida Trevo é um plano que tem como objectivo primeiro melhorar a proficiência em português e matemática e apoiar precocemente alunos com mais dificuldades. Com base na análise do relatório pode inferir-se que as reuniões de docentes permitiram que se realizasse trabalho colaborativo do qual resultou a articulação entre docentes titulares de turmas do 1º ciclo, educação especial, apoios educativos e adjunta da diretora. Estas reuniões permitiram a partilha de materiais pedagógicos e a aplicação de testes BAPAE cujos resultados levaram a uma reorganização do trabalho dos alunos e docentes.

Ainda com base no relatório é mencionado que o elevado número de alunos propostos e a heterogeneidade das suas dificuldades condicionou, desde logo, os resultados. Por esta razão, sugere-se que, se a “Medida Trevo” for mantida, seja repensada, já que apesar de existirem pontos relevantes no trabalho entre docentes, a medida ficou aquém das expectativas quanto ao sucesso dos alunos em português e matemática. Com base nos dados apresentados não se consegue inferir a evolução dos alunos com insucesso, isto é, um aluno de PLNM que não fala português pode ter evoluído bastante e, ainda assim, não atingir o nível de desempenho expectável para a idade mas ser previsível que o atinja no próximo ano letivo. Se o projecto continuar talvez seja importante referir no relatório a análise/acompanhamento dos alunos que se enquadrem na situação atrás referida.

Um constrangimento citado pela equipa é a “falta de recursos informáticos em condições de funcionamento”. Em todo o agrupamento verifica-se a vetustez do material informático. Por esta razão, seria importante que fosse feito um levantamento quanto às necessidades prementes deste material para o normal funcionamento das atividades letivas nas escolas do 1º ciclo.

2. Medida Check-mat

O relatório da medida Check-mat II parte de fragilidades claramente identificadas com base na análise de resultados e define claramente metas, objectivos, atividades, calendarização e responsáveis. Infere-se no relatório um trabalho pensado e colaborativo que teve em vista a melhoria das práticas letivas e que é evidente nos registos dos memorandos, análise de resultados e síntese final.

No que diz respeito ao 3º ciclo as metas no projecto inicial foram redefinidas em função de constrangimentos orçamentais que reduziram as horas para parcerias e assessorias. Posto isto a equipa redefiniu como objectivo uma melhoria da taxa de sucesso em 4% para os anos lectivos de 2016/2017 e 2017/2018. Ainda com base

no relatório constata-se que a percentagem de níveis inferiores a 3 em matemática foi 40% em 2014/2015, 33% em 2015/2016 e 35% em 2016/2017 (ano em que o projecto foi aplicado). Atendendo apenas aos resultados do insucesso constata-se que as medidas do Check-mat aplicadas em associação com as aulas de apoio acrescido baixaram em 2% a média face a 2016/2017 e não tendo cumprido o objectivo inicial. Só quando comparamos com o ano lectivo de 2014/2015 se regista uma melhoria, no entanto neste ano lectivo não houve medida Check-mat e como tal a comparação pode ser considerada abusiva.

É importante que o trabalho realizado pelos professores dinamizadores desta mediada seja analisado e se afira se a longo prazo será capaz de tornar os processos mais eficazes e melhorar resultados ou se por outro lado as estratégias de 2014/2015 eram mais consequentes para a melhoria dos resultados e menos onerosas para o agrupamento. Talvez fosse importante comparar a taxa de insucesso obtida no 7º ano com as taxas de insucesso de escolas em contexto.

Importante é ainda o facto de estes alunos poderem vir a ser mais assertivos em anos subsequentes o que poderá, no futuro, ser uma mais-valia mas só a monitorização permitirá obter dados que confirmem esta hipótese.

A equipa de autoavaliação não tem dados suficientes que permitam num tão curto intervalo de tempo (1 ano lectivo) apresentar conclusões sobre a eficácia desta medida.

3.Medida PROPOR

A análise do relatório “Propor e +Português” permite constatar que houve consolidação de hábitos de trabalho partilhado e cooperativo entre docentes.

Quanto à taxa de sucesso na disciplina de português no 5º ano verificou-se uma taxa de 85,63% (2015/2016) e 84,15% (2016/2017). Constata-se que houve um decréscimo do sucesso, embora seja pequeno, nos dois anos em estudo.

O facto de só se terem usado no relatório taxas de sucesso de dois anos lectivos e de esta medida só ter decorrido no último, não permite inferir se as medidas deste projecto poderão ou não ser consequentes a médio e longo prazo quando os procedimentos estiverem definitivamente regulados e implementados. As professoras dinamizadoras da medida afirmam em “6.5- retirar-se um balanço muito positivo das atividades de oficina”. No entanto não existem dados

quantitativos que corroborem esta afirmação. A autoavaliação sabe que é muito difícil expressar a evolução de um aluno com nível inferior a 3 mas que evolui positivamente e se esforça e, ainda assim, não atinge a positiva. Estes alunos progrediram embora surjam na estatística “no lado” dos níveis inferiores a 3. Por esta razão a equipa de autoavaliação sugere que as análises de resultados sejam feitas pelo menos em 3 anos lectivos consecutivos e que os dados se apresentem, sempre que possível, de forma quantitativa. Quanto maior for o intervalo de análise de resultados (3 ou 5 anos) mais se esbatem os acontecimentos fortuitos no todo.

4. Medida G@P

O G@P mostra-se satisfeito com os resultados obtidos e afirma que os constrangimentos colocados ao projecto implicaram a não realização de ações previstas no âmbito da prevenção. Estas ações eram essenciais ao desenvolvimento do projeto como um todo e, por esta razão, justificativas dos resultados que, segundo a equipa, têm margem para melhorar se continuarem a ser dinamizados. Um outro facto relevante é uma alteração no registo de ocorrências de indisciplina em 2016/2017 que se tornou mais precisa e que pode enviesar as inferências quando se compara este ano, com o anterior. O G@P alerta mesmo para o facto de neste contexto ser razoável admitir que os resultados de indisciplina não aumentaram e que o registo mais rigoroso pode induzir uma falsa percepção face aos anos anteriores. É ainda muito relevante o G@P apontar a sobrelotação do espaço escolar da escola das Naus como um factor potenciador de conflitos e indisciplina.

No relatório apresentado por esta equipa verificam-se, por ano lectivo, as seguintes percentagens de ocorrências disciplinares: 5ºano (14,12%); 6ºano (23,53%); 7ºano (42,03%) e 8ºano (28,59%). Já no que diz respeito às taxas de alunos reincidentes, embora menos elevadas são igualmente preocupantes já que muitas vezes são estes alunos que atuam como “pavio” para outras situações que degeneram em indisciplina. As situações de indisciplina são recorrentemente transversais nas diferentes disciplinas do conselho de turma, e muitas vezes são ativadas por comportamentos disruptivos de alunos, claramente identificados, que ao longo do tempo se perpetuam, de forma mais ou menos evidente e/ou grave,

contribuindo para o um clima menos propício à aprendizagem. Por esta razão sugere-se uma análise atenta desta medida por parte das lideranças, como é o caso do conselho pedagógico, no sentido de aquilatar a pertinência da prossecução deste projecto e dotá-lo da logística necessária, ou, pelo contrário, decidir que não é relevante.

Departamento de educação especial

Atendendo ao relatório apresentado pelo departamento de educação especial a equipa de AA considera que deve ser prioritário, sem excluir propostas de melhoria definidas pela própria educação especial:

- dinamizar a articulação entre o agrupamento e as entidades externas pois o departamento de educação especial considera que existem problemas vários de articulação entre o serviço prestado pelo agrupamento e as entidades externas;
- realizar uma ou várias sessões internas e curtas de esclarecimento sobre modos de fomentar a inclusão dos alunos seguidos pela educação especial e dar a conhecer alguma legislação específica. Esta proposta decorre da resistência sentida pela equipa de educação especial em relação a alguns membros da comunidade educativa em relação ao assunto supracitado;
- reforçar, logo que possível, o departamento de educação especial com recursos humanos (um terapeuta da fala e psicólogos).

Resultados escolares no ensino regular

A análise dos documentos enviados pela equipa de conselho pedagógico que analisa os resultados escolares, bem como as reuniões informais individuais e coletiva (apenas uma) realizadas permitiu concluir que é realizado um exaustivo trabalho de levantamento e recolha de dados. Este trabalho revela muitas horas e o enorme esforço que tem vindo a ser desenvolvido por esta equipa. No entanto o todo revela-se como um somatório de partes independentes que são trabalhadas e apresentadas de modo diverso. Por exemplo existem dois documentos enviados à equipa de auto-avaliação em formato excel que nem em formato A3 são legíveis e que por esta razão não fazem parte deste relatório. A uniformização forçada é quase sempre contraproducente mas seria desejável que para facilidade de leitura e consulta, sempre que possível, se fizesse um esforço para integrar e apresentar

as várias áreas analisadas como um todo. Sugere-se ainda que estas análises comparem resultados intervalos de tempo de pelo menos 3 anos. Em alguns casos será até mais razoável apresentar intervalos de 5 anos.

A equipa que analisa os resultados apresenta uma listagem de causas de insucesso para todos os ciclos de ensino, bem como uma listagem de medidas de recuperação.

No último ano lectivo a equipa realizou um levantamento das médias por disciplina e solicitou aos grupos disciplinares uma análise das causas de insucesso e das medidas de recuperação. Estes dados existem e foram apresentados mas devido às férias e à reorganização do conselho pedagógico não chegaram a ser tratados por falta de tempo útil.

À data da elaboração do presente relatório ainda não eram conhecidos os resultados das provas de aferição e por esta razão não foram tratadas neste documento.

Seria importante que os dados do agrupamento fossem, quando possível, analisados comparativamente a agrupamentos de contexto ou dados internos como MISI e/ou IAVE.

Atendendo aos resultados dos exames nacionais é necessário que o agrupamento trabalhe de forma integrada para a melhoria. No entanto, é importante pensar, analisar muito criteriosamente de modo a definir a diferença entre CIF-CE desejada, pois é necessário ponderar as condições de acesso ao exame, a alunos cujas avaliações em situação de teste escrito se apresentam mais heterogéneas e menos regulares.

A avaliação de exame nacional é sempre um momento pontual com as condicionantes que lhe são inerentes. A isto, soma-se o facto de o exame de algumas disciplinas, devido ao seu carácter e especificidade, ser particularmente stressante. Por esta razão é espectável uma discrepância entre a CIF-CE resta definir o que é que o agrupamento considera como discrepância aceitável.

Resultados dos cursos vocacionais e profissionais

A equipa de avaliação externa verifica uma evolução claramente positiva desde o último relatório no que diz respeito aos cursos vocacionais e profissionais. Os levantamentos de dados anteriormente realizados apresentam agora uma análise

onde é evidente o maior cuidado no tratamento e apresentação dos mesmos que permite inferir forças e constrangimentos.

Nos cursos profissionais e vocacionais são apontados como pontos fortes: a articulação entre diretores de turma, diretores de curso, serviços de orientação e psicologia, educação especial e direcção, bem como, não se terem verificado casos de indisciplina no ensino profissional.

Como pontos a melhorar seria importante, se possível, diversificar a oferta de escola, já que muitos alunos alegam interesse por outras áreas. Talvez fosse importante fazer um levantamento junto dos alunos das áreas com maior interesse para que *a posteriori* o agrupamento pudesse com base nos recursos internos, directrizes do Ministério e necessidades do tecido empresarial da comunidade trabalhar a possibilidade de abrir cursos que respondam de uma forma mais célere/assertiva às expectativas dos alunos, encarregados de educação e comunidade.

Será também importante que os docentes que compõem os conselhos de turma destes cursos (profissionais e vocacionais) sejam e pragmáticos, tenham competências específicas para motivar os alunos para a importância da formação em contexto de escolar como preparação para o mundo do trabalho.

Nos cursos vocacionais os problemas são mais complexos e a sua análise demonstra que as turmas são *a priori* uma manta de retalhos que espelha as diferentes problemáticas destes cursos. Os alunos que ingressam nos vocacionais apresentam, quase sempre, baixo rendimento escolar, elevado número de retenções, resistência à escola, meio familiar que não reconhece a valorização escolar e heterogeneidade de percursos académicos. Há evidências do acompanhamento que a escola faz destes alunos, em atas de conselhos de turma, em contactos com os encarregados de educação e nos serviços de psicologia e orientação. É importante relevar que os casos de indisciplina e comportamentais têm vindo a diminuir ao longo do ano lectivo, o que permite inferir que, de alguma forma, os alunos estão a desenvolver comportamentos que refletem as regras de convivência em sociedade. Por esta razão e sabendo que alguns destes alunos ficam aquém dos comportamentos socialmente adequados e desejados, quer na escola quer em qualquer outro contexto do seu dia-a-dia, é estratégico que este acompanhamento continue e seja incisivo e dinâmico nos casos mais

problemáticos. É ainda fulcral que toda a comunidade escolar reconheça e valorize a importância deste esforço pois dele depende não só a formação integral do aluno e a sua capacidade de se integrar com sucesso na sociedade em que se insere, como a melhoria do clima de escola.

Acompanhamento dos percursos dos alunos que concluíram cursos do agrupamento - 2015/2016

A equipa de autoavaliação observa que nos cursos regulares 91,4% dos alunos prossegue estudos o que revela um bom resultado. Já nos cursos profissionais apenas 42,1% dos alunos conseguem prosseguir estudos. É possível que este baixo valor se prenda com: o desejo destes alunos de entrar no mercado de trabalho; ou o desconhecimento dos apoios ao estudo, para quem quer continuar a vida académica; ou a falta de vontade para estudar. Nos cursos profissionais, a análise conjunta dos dados referentes ao prosseguimento de estudos e vida ativa representa 88,4% dos estudantes o que também permite inferir um grau de consecução bom na missão da escola em preparar os alunos para a vida.

Será importante que a equipa que orienta os alunos e faz o levantamento de dados continue a monitorização que vem sendo realizada para que se possam realizar estatísticas comparativas a curto médio e longo prazo.

Bibliotecas escolares

A equipa de AA reconhece o trabalho que tem sido realizado pela equipa da biblioteca apesar dos constrangimentos no que se refere a recursos financeiros e humanos. Evidência deste trabalho é o plano anual de atividades que salvo muito raras exceções foi cumprido. Posto isto, e atendendo, em particular, ao relatório sobre a biblioteca escolar. A equipa de AA considera que deve ser prioritário, sem excluir propostas de melhoria definidas pela própria equipa da biblioteca:

- Reforçar a articulação entre a BE e o trabalho na sala de aula;
- Fomentar o trabalho colaborativo entre a biblioteca e os professores do agrupamento de modo a contribuir para um reforço na dinamização destes espaços, bem como as visitas por parte de turmas e alunos;

- É imperioso que em dias de chuva e frio a biblioteca esteja acessível aos alunos (em particular na Gil Eanes atendendo à inexistência de espaços acolhedores que permitam trabalhar);
- Logo que possível, a biblioteca deve ser dotada de um orçamento próprio que permita a renovação do espólio existente.

Discussão e conclusão

É fundamental que as lideranças analisem os resultados de todos os projectos que envolvam horas de crédito e verbas acrescidas de modo a aferir dos seus resultados e ajudar na tomada de decisão de viabilidade ou não de cada projeto.

Todos os projectos do PNSPE afirmam não conseguir melhores resultados por terem sido delineados com base em horas que nunca foram atribuídas ou foram atribuídas mas em número muito reduzido face ao projecto inicial. Sabendo que em todo o agrupamento as horas de crédito são finitas é importante que se leve em linha de conta este facto quando se aprovam os projectos e que se afira se é preferível ter mais projectos com corte de horas que acabam por funcionar a “meio gás” ou ter menos projectos que funcionam em pleno.

A equipa de autoavaliação sugere que as análises de resultados sejam feitas pelo menos em 3 anos letivos consecutivos e que os dados se apresentem preferencialmente de forma quantitativa. Quanto maior for o intervalo de análise de resultados (3 ou 5 anos) mais se esbatem os acontecimentos fortuitos no todo. Os acontecimentos fortuitos também são passíveis de análise sempre que se infira que deles possam advir consequências gravosas. Intervalos de tempo mais latos podem até ser utilizados, se assim se entender, desde que se tenha o cuidado de assegurar a fiabilidade dos dados, da técnica de recolha e alterações do processo que possam desvirtuar a análise comparativa.

É transversal aos vários projectos que não foi realizada formação. É um facto que a formação no agrupamento continua a ser pouca e que se circunscreve quase na totalidade à oferecida pelo Centro de Formação Dr. Rui Grácio. É necessário criar mecanismos que valorizem e estimulem os professores a fazer e a dar formação dentro do agrupamento de modo a criar mecanismos de partilha e disseminação de boas práticas.

Adenda ao relatório apresentado pelo Departamento de Educação Especial do agrupamento

No relatório dos Departamento de Educação Especial do agrupamento, na página 11, onde se lê “No âmbito da Terapia da fala a percentagem de alunos em apoio corresponde a 17% do número total de alunos a usufruir de medidas educativas especiais (...)” deve passar a ler-se “No âmbito da Terapia da fala a percentagem de alunos em apoio corresponde a 18% do número total de alunos a usufruir de medidas educativas especiais(...)”